

Equador: reformismo, *buen-vivir* e neoliberalismo

GUSTAVO MENON*

As disputas geopolíticas da aliança sino-russa contra as forças imperialistas dos Estados Unidos e seus aliados colocam a América Latina no centro do tabuleiro político em função dos recursos que a região pode oferecer. Na América do Sul, os Estados Unidos presenciam cada vez mais a perda de sua hegemonia em função da rápida ascensão chinesa e da capacidade de investimento do país asiático. Do ponto de vista das exportações de *commodities*, a América Latina continua sendo uma região fecunda para a exploração de tais recursos por parte de empresas transnacionais (Foster, 2003; Harvey, 2003). No Equador, o chamado *boom* das *commodities* permitiu a instauração da “Revolução Cidadã” pelo governo de Rafael Correa que, angariando forças antineoliberais, somou-se aos demais governos progressistas no subcontinente durante a alvorada do século XXI.

Rafael Correa e a “Revolução Cidadã” (2007-2017)

“A pátria volta!”, declarou Rafael Correa em seu discurso de posse em 2006, após vencer no segundo turno o magnata Alvaro Noboa. Economista e formado por universidades dos Estados Unidos e da Europa, Correa assumiu o governo equatoriano com a proposta de desfazer o antigo Congresso Nacional e, de forma planejada, convocar um novo processo constituinte. Após um intenso período de discussões com os movimentos sociais, foi promulgada a chamada Constituição

* Professor no Programa de Pós-Graduação em Direito (PPG-DIR) da Universidade Católica de Brasília (UCB) e no curso de Gestão Pública na Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP). E-mail: gustavo22menon@gmail.com

de Montecristi, a vigésima Carta Magna, que inovou em uma série de dispositivos para a afirmação dos direitos econômicos, sociais e ambientais.

Pretendendo reverter a lógica da agenda neoliberal no país, Correa rapidamente se alinhou à chamada “onda rosada” (Panizza, 2006) na região, apostando em projetos de integração regional pautados pela lógica de cooperação sul-sul. Neste sentido, além da adesão do país à Alba, o governo de Rafael Correa também foi crucial para o desenvolvimento da Unasul, cuja antiga sede estava localizada na cidade de Quito. Correa também foi presidente *pro-tempore* da recém formada Celac e, por sucessivas oportunidades, saiu em defesa da integração latino-americana para além da agenda exclusivamente comercial. No que concerne à busca de alternativas de financiamento, em vez de manter o programa neoliberal com base no velho receituário do FMI e seus ajustes estruturais, o governo correísta apostou em uma agenda de aproximação com o capital chinês e no fortalecimento de outros atores regionais, como os projetos financiados pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e pelo próprio Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), do Brasil.¹

Neste contexto de *boom* das *commodities*, o Equador, em 2007, também passou a reintegrar a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), visando fortalecer suas exportações petrolíferas para obter um aumento das divisas e, sobretudo, apostando num realinhamento geopolítico entre os países do sul global.

A política econômica (neo)desenvolvimentista baseada no protagonismo do setor estatal possibilitou a dinamização do mercado interno, via política de aumento do salário mínimo, a expansão do emprego e o aumento da carteira de créditos, dando origem a um período de relativa prosperidade econômica durante a década correísta. Apesar da crise política deflagrada em 2010, durante o debate de uma lei que envolvia o enquadramento das forças policiais no novo ordenamento jurídico equatoriano, Correa conseguiu vencer suas principais disputas eleitorais encaminhando, inclusive, seu sucessor. De todo modo, seu partido, Alianza PAIS, sofreu uma forte oposição de determinados movimentos sociais, especialmente dos setores indígenas encabeçados pela CONAIE, que acusavam o governo de perpetuar medidas (neo)extrativistas e de expropriar territórios com o aumento dos projetos de mineração, o avanço da atividade petrolífera e as grandes obras de infraestrutura, especialmente no setor de energia. Inúmeras hidroelétricas foram construídas para garantir a soberania energética do país e, ao mesmo tempo, a política petrolífera foi intensificada com maiores aportes nas empresas estatais do setor, a Petroecuador e a Petroamazonas. Neste contexto, o governo defendia a expansão das medidas de exploração petrolífera para a retomada do crescimento após a crise econômica mundial de 2008. Por outro lado, as organizações ambientalistas denunciavam

1 Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES. *Exportações para o Equador*. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20081121_exportacoes. Acesso: 24/02/2022.

as violências cometidas contra diversos povos e nacionalidades indígenas que resistiam à lógica do neoextrativismo (Gudynas, 2009).

Um dos episódios mais sintomáticos em relação a esses conflitos entre o governo progressista e os movimentos ecologistas e indígenas se deu com a autorização da exploração de petróleo no Parque Yasuní, situado na região da Amazônia no nordeste do país. Essa área, considerada pela Unesco reserva da Biosfera, é ocupada por diversos povos indígenas, alguns ainda em situação de isolamento voluntário, e abrigaria cerca de 20% das reservas petrolíferas de todo território equatoriano (Menon, 2021). A autorização para a exploração de uma área equivalente a 1% do Parque, em 2013, selou o divórcio e as tensões já existentes entre a Conaie e o projeto correísta. Os movimentos indígenas acusavam a política do governo de violar o princípio do *buen vivir* e os chamados direitos da natureza plasmados na nova constituição. De forma inédita no constitucionalismo ocidental, a natureza passou a ser reconhecida como sujeito de direitos (Art.71).

Além de resgatar a cosmovisão de povos andino-amazônicos, afirmando teses de multiculturalismo e plurinacionalidade, o novo texto constitucional também declarou o Equador como um território de paz. Assim, a antiga base militar estadunidense, localizada na cidade de Manta, nas margens do Pacífico, não foi renovada, em uma dura crítica à ingerência do imperialismo *yankee* no país. O resgate da soberania compreendeu, ainda, a revisão da dívida externa equatoriana – que oxigenou as contas do Estado possibilitando a adoção de novas políticas públicas (Caic, 2008) – e a implementação de uma importante reforma dos meios de comunicação, vetando a participação do setor bancário em empresas televisivas e radiofônicas e distribuindo equitativamente a participação dos sinais de comunicação do seguinte modo: 33% para a operação dos meios públicos, 33% para os meios privados e 34% para as operações comunitárias (*Ley Orgánica de Comunicación*, 2013, art. 106).

Todas essas reformas permitiram um crescimento importante da economia equatoriana, sendo que o PIB dobrou de tamanho. Partindo do postulado do Estado como um ente propulsor e planejador da economia, a taxa média de crescimento anual, entre 2007 e 2016, foi de 3,4%,² superando as taxas registradas na triste e longa noite neoliberal verificada na década anterior no país, que resultou na dolarização da economia e na profunda crise político-econômica desencadeada na virada do milênio. Além disso, os indicadores sociais apresentaram significativas melhorias. Estima-se que mais de 2 milhões de equatorianos saíram da linha da pobreza ao longo da década correísta (Senplades, 2017).

De todo modo, a influência de teses cepalinas e reformistas enfraqueceu o projeto político de Rafael Correa frente às classes trabalhadoras, conformando um governo que não adotou uma perspectiva revolucionária. A própria composição de seu partido até então, o Alianza PAIS, organicamente composto por setores das

² Dados do Banco Central do Equador, obtidos em: Senplades (2017).

classes médias, com intelectuais, estudantes e correntes progressistas, demonstrava dificuldades para ter uma maior penetração e adesão das classes populares. A repressão aos protestos chefiados pelos setores indígenas, por sua vez, fez com que o partido de Correa não pudesse aprofundar seu projeto da “Revolução Cidadã”. Isso abriu um flanco para que velhos setores dominantes ligados ao neoliberalismo estabelecessem uma rearticulação entre as frações de classes dominantes (mídia tradicional, capital financeiro, latifundiários e outras franjas da classe dominante) em uma verdadeira ofensiva conservadora, ditada pela burguesia interna conectada, intimamente, com os antigos interesses imperialistas na região.

Os governos de Lenín Moreno (2017-2021) e Guillermo Lasso (2021-)

A partir dos desdobramentos da crise econômica de 2008, projetos políticos neofascistas vieram à tona em diversos países, angariando forças sociais que se traduziram em conquistas eleitorais para a extrema direita. Na Europa, a ascensão de governos e partidos ligados a um ideário conservador se desdobrou em manifestações xenófobas na disputa política. O Vox na Espanha, o surgimento de grupos ultranacionalistas na Ucrânia, Hungria, Polônia e Alemanha e entre outros países são expressão desse movimento e indicam o modo pelo qual se deu a retomada da ofensiva burguesa.

Nos Estados Unidos, em 2016, a eleição de Donald Trump foi um divisor de águas, permitindo compreender o papel das redes sociais e da aliança entre as velhas e as novas direitas para o êxito eleitoral. Simultaneamente, na América Latina, a agenda contra a corrupção de determinados setores de esquerda passava a ser reproduzida de forma massiva entre os proprietários dos meios de produção. Os golpes desencadeados nos últimos anos, edificados a partir da atuação de setores imperialistas em conluio com as frações de classes dominantes internas, no Paraguai, Honduras, Brasil e Bolívia, permitiram a composição de governos alinhados com o antigo receituário neoliberal. Mauricio Macri na Argentina e Jair Bolsonaro no Brasil, por exemplo, rapidamente trataram de desmantelar as conquistas da “onda rosada” na América Latina.

Ao mesmo tempo, as iniciativas de integração encabeçadas por setores progressistas, como a Alba e a própria atuação na Unasul, foram rapidamente rechaçadas pelos novos governantes de direita na América do Sul. No Equador, Lenín Moreno, após ser eleito presidente com o apoio de Rafael Correa e dos setores da chamada “Revolução Cidadã”, rapidamente se alinhou com velhos setores dominantes com o intuito de “descorreizar o país”. O estelionato eleitoral, caracterizado por uma forte agenda anticorrupção, em função dos desdobramentos da Operação Lava-Jato em vários países na América do Sul, criou um programa político de *lawfare* e perseguição das forças de esquerda no Equador. Enquanto se alinhava com setores imperialistas entregando Julian Assange – até então com asilo político na Embaixada equatoriana em Londres – ao governo estadunidense, Moreno também abriu caminho para uma verdadeira caçada anticorreísta,

com o objetivo de colocar em xeque todas as conquistas do governo anterior. O ex-vice-presidente de Correa, Jorge Glass, foi preso e a plataforma política foi radicalmente alterada para viabilizar as concessões aos interesses dominantes.

A reforma de imprensa foi flexibilizada, um amplo programa de privatizações foi articulado e, simultaneamente, Moreno jogou com os movimentos sociais indígenas a fim de consolidar o projeto de implosão da Unasul: anunciou que o prédio-sede da organização deveria se tornar uma universidade indígena, conseguindo angariar certo apoio da Conaie e do *Pachakutik* para a continuidade e sustentação de seu governo na Assembleia Nacional.

No entanto, as contradições de uma economia duplamente dependente logo apareceram na espiral de políticas de austeridade e do realinhamento com o FMI. Em 2019, após o anúncio de retirada do subsídio dos combustíveis, que culminou na disparada dos preços, setores populares saíram às ruas para exigirem um recuo das medidas anunciadas por Moreno. O Decreto 883, de outubro de 2019, concebido em sinergia com o receituário de austeridade nos velhos moldes do Consenso de Washington, mobilizou e levou às ruas o setor público, estudantes, professores, feministas, sindicalistas e os movimentos indígenas. A Conaie, que até então votava com o governo na Assembleia Nacional, se dividiu e convocou marchas expressivas contra o pacote neoliberal. No entanto, em vez de adotarem um programa político pela saída de Lenín Moreno da presidência, esses setores concordaram em participar de uma rodada de negociação com o governo mediada por setores da Igreja e por representantes do Sistema ONU. Pressionado pela articulação das classes populares, Moreno decretou o Estado de exceção, transferiu a sede do governo para Guayaquil e reprimiu duramente as manifestações. De acordo com a Defensoria do Povo, pelo menos oito pessoas foram mortas e milhares ficaram feridas e detidas em função do levante popular (Gallegos, 2020). A pressão organizada por entidades de esquerda resultou na revogação do decreto 883, porém, o governo se manteve. Lenín Moreno concluiu seu mandato com baixíssima popularidade, em um cenário em que as vulnerabilidades da economia equatoriana foram acentuadas pelos graves efeitos da pandemia da Covid-19. Para se ter uma ideia da deterioração da aprovação do governo e da minúscula popularidade de Moreno, Ximena Peña, candidata de seu partido – o Alianza PAIS, fracionado pelas disputas entre Moreno e Correa –, não atingiu nem 2% dos votos válidos na eleição de 2021.

A sucessão presidencial se deu de modo a organizar as forças políticas em, pelo menos, três grandes campos no primeiro turno da disputa eleitoral em 2021: de um lado, correístas apostavam na retomada do projeto progressista encampado por Andrés Arauz, partidário do legado de Correa e ex-ministro da “Revolução Cidadã”; de outro, a fração financeira rentista e o Partido Social Cristão apoiaram a candidatura do banqueiro Guillermo Lasso. Além dessas duas principais candidaturas, cabe sinalizar a participação do candidato indígena Yaku Pérez, pelo *Pachakutik*, que alegou fraude nas eleições e declarou voto nulo no segundo turno

da disputa.³ Embora certas lideranças da Conaie, como Jaime Vargas, declarassem abertamente apoio ao projeto progressista no segundo turno, as velhas rivalidades entre os movimentos indígenas e os correístas foram determinantes para a eleição de Lasso. Os nulos ultrapassaram a marca de um milhão e setecentos mil votos e o banqueiro venceu Arauz com cerca de 52% dos votos válidos, contra 47,6% do candidato progressista.

Considerações finais

A falta de um projeto revolucionário e os limites do reformismo foram determinantes para a eleição de Guillermo Lasso e o retorno da agenda neoliberal no Equador. A ausência de uma articulação entre as esquerdas, com inúmeras franjas caracterizadas pelo pós-modernismo e o discurso de defesa da natureza contra as medidas neoextrativistas, colocou em evidência a contradição entre o *buen vivir* e o desenvolvimentismo baseado nos recursos do petróleo. De acordo com a Cepal (2021), cerca de 1/3 das exportações equatorianas dependem do setor petrolífero, não sendo possível abrir mão desse recurso estratégico em nome do regime do *buen vivir* em um único país. Neste contexto, diante de uma economia-mundo (Wallerstein, 2004) caracterizada pela vigência do modo de produção capitalista e, sobretudo, em um país duplamente dependente, a pergunta que fica é: como transformar o *buen vivir* em uma plataforma política antissistêmica e de dimensões populares, capaz de superar os problemas das classes populares em face da dupla dependência do país? Obviamente que a supressão da exploração petrolífera, como defendem certos grupos ambientalistas, teria gerado efeitos catastróficos para a economia equatoriana. O complexo desafio passa, portanto, por um caminho de transição energética, em que as classes populares possam se apropriar dos recursos petrolíferos para garantir uma maior democratização da economia dependente e, conjuntamente, projetar lutas regionais e internacionais para a superação da condição de dependência no país. Isso implica encarar essa difícil equação na qual os setores populares, de um lado, devem projetar a superação da ordem preexistente (conjugando aspectos de classe, raça, gênero, etnia) e, simultaneamente, garantir os recursos naturais para as gerações futuras, respeitando os ciclos reprodutivos dos ecossistemas. A difícil tarefa dos movimentos indígenas equatorianos passa, necessariamente, pela articulação de bandeiras contra-hegemônicas na região, pois o programa político não pode ser reduzido a lutas locais frente à atuação do capitalismo dependente latino-americano. Eis a necessidade de se falar em marxismo e socialismo no subcontinente.

Ao mesmo tempo, o *correísmo* apresentou seus limites por não contar com uma sustentação verdadeiramente popular para a continuidade e o aprofundamento do seu projeto. A escolha sucessória, por exemplo, sem o respaldo de um partido

³ Outra candidatura expressiva foi de Xavier Hervas, da *Izquierda Democrática* (ID), que atuou fortemente nas redes sociais e obteve mais de 15% dos votos válidos no primeiro turno.

de projeção popular (Lênin, 2005), caracterizou-se como um grande equívoco da esquerda equatoriana em um período decisivo da história recente do país. Após um ano de mandato e com seu nome envolvido em flagrantes escândalos de corrupção, com o caso do *Pandora Papers*, o governo Lasso tenta se blindar mediante a articulação das frações de classes dominantes, a política de austeridade e a reafirmação do antigo Consenso de Washington. Cercado de problemas típicos da condição do subdesenvolvimento, como o aumento dos casos de violência e o baixo crescimento econômico, o atual governo se sustenta garantindo os interesses das classes dominantes, abrindo novas concessões ao capital transnacional e, sem tirar do radar a penetração de investimentos chineses, sinalizando para um estreitamento das ligações com o imperialismo estadunidense. Por isso, mesmo sendo simpático à entrada do país na Aliança do Pacífico, a agenda bilateral e liberalizante com os Estados Unidos segue sendo uma marca do governo Lasso.

Por último, as esquerdas veem-se diante do desafio de dialogar com diversos grupos populares, aprendendo com o marxismo e, ao mesmo tempo, combinando antigas e novas lutas pela emancipação nacional na condução da revolução latino-americana. Os setores indígenas, por exemplo, atores-chaves nesse processo, ao ensinar podem também se conectar e incorporar o programa socialista (Mariátegui, 2010), em que a articulação de múltiplas plataformas de lutas, no plano local e internacional, seja capaz de garantir a justiça social e a construção de um modelo que sinalize para a transição e, sobretudo, para a superação do modo de produção capitalista.

Referências bibliográficas

- ACOSTA, Alberto. *Breve história econômica do Equador*. Quito: Fundação Alberto Gusmão – DF, Brasil, 2005. (Coleção América do Sul.)
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILE, Pablo (orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado Democrático*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1995.
- BANCO CENTRAL DEL ECUADOR – BCE. *Reporte de pobreza, ingreso y desigualdad*. BCE, Quito: 2021b. Disponível em: <<https://contenido.bce.fin.ec/documentos/Estadisticas/SectorReal/Previsiones/IndCoyuntura/Empleo/PobrezaJun2021.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BANCO CENTRAL DEL ECUADOR. *Cifras Económicas del Ecuador – noviembre 2021*. BCE, Quito: 2021. Disponível em: <<https://www.bce.fin.ec/index.php/informacioneconomica/ultimas-publicaciones>>. Acesso em: 20. jan. 2022.
- BANCO MUNDIAL. *Crecimiento del PIB (% anual) – Ecuador*. 2022. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org/indicador/NY.GDP.MKTP.KD.ZG?locations=EC>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO – BNDES. *Exportações para o Equador*. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20081121_exportacoes>. Acesso em: 24/02/2022.

- BLOOMBERG. Solo 14% de empresas en Ecuador subirá los sueldos en 2022. Disponível em: <<https://www.bloomberglinea.com/2021/12/09/solo-14-de-empresas-en-ecuador-subira-los-sueldos-en-2022/>>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Ecuador: Perfil Nacional Económico*. Disponível em: <<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/perfil-nacional.html?theme=2&country=ecu&lang=es>>. Acesso em: 13 mar. 2022.
- COMISIÓN PARA LA AUDITORÍA INTEGRAL DEL CRÉDITO PÚBLICO – CAIC. *Informe Final de la Auditoría Integral de la deuda ecuatoriana*. 2008.
- CUEVA, Agustín. *O processo de dominação política no Equador*. Florianópolis: Insular, 2016.
- ECUADOR. *Constitución de La República del Ecuador*, 2008.
- ECUADOR. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos – INEC. *Encuesta Nacional de Empleo, Desempleo y Subempleo (ENEMDU) – Noviembre, 2021*. Quito, 2021.
- ECUADOR. *Ley Orgánica de Comunicación*. 2013.
- ECUADOR. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo – SENPLADES. *Informe a la Nación: 2007 – 2017*. Quito, Ecuador, 2017.
- FERNANDES, Florestan. O significado histórico da constituinte. In: *Florestan Fernandes na constituinte: leituras para a reforma política*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Expressão Popular, 2014.
- FOSTER, John Bellamy. Imperial America and War. *Monthly Review*, May, 2003. Disponível em: <<http://www.monthlyreview.org/0503jbf.htm>>. Acesso: 8 maio 2021.
- FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- GALLEGOS, Franklin Ramírez. *Octubre y el derecho a la resistencia: revuelta popular y neoliberalismo autoritario en Ecuador*. Buenos Aires: CLACSO, 2020.
- GUDYNAS, Eduardo. Diez tesis urgentes sobre el nuevo extrativismo. Contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual. In: *Extrativismo, política y sociedad*. CLAES, CAAP: Quito, 2009.
- HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.
- HAYEK, Friedrich. *O caminho da servidão*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1987.
- LARREA, Carlos. *Pobreza, dolarización y crisis en Ecuador*. Quito: Abya Yala, 2003.
- LÊNIN, Vladimir. Sobre as tarefas do proletariado na presente revolução (Teses de abril). In: ŽIŽEK, Slavoj. *Às portas da revolução: escritos de Lênin de 1917*. São Paulo: Boitempo, 2005.
- MARIÁTEGUI, José Carlos. *Sete ensaios de interpretação sobre a realidade peruana*. São Paulo: Expressão Popular / CLACSO, 2010.
- MENON, Gustavo. *A Revolução Cidadã no Equador*. Jundiaí: Paco Editorial, 2021.
- PANIZZA, Francisco. *La marea rosa*. Análise de Conjuntura OPSA, Rio de Janeiro, n.08, 2006.
- POULANTZAS, Nicos. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- SENPLADES. Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. *Informe a la Nación: 2007 – 2017*. Quito, Ecuador, 2017.
- TELESUR. Ecuatorianos desaprueban labor de Guillermo Lasso, según sondeo. Disponível em: <<https://www.telesurtv.net/news/ecuador-desaprueban-labor-presidencial-estudio-encuestadora-20211223-0011.html>>. Acesso: 20 jan. 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Duke University Press, 2004.

WILLIAMSON, John. The Strange History of the Washington Consensus, *Journal of Post Keynesian Economics*, 27(2), 2004, p.195-206.

Resumo

Este artigo faz uma análise conjuntural em relação às contradições presentes durante os últimos anos no Equador. Para isso, abordando o país a partir da sua condição de dupla dependência (dolarização e recursos do petróleo), a investigação sinaliza para a retomada do receituário neoliberal em meio ao movimento reacionário de *descorreização* na política nacional. Dessa forma, o texto ressalta as contradições do neodesenvolvimentismo equatoriano, durante a experiência da “Revolução Cidadã” (2007-2017), e as plataformas políticas do *buen vivir*, concebidas, sobretudo, pelos movimentos indígenas. Em síntese, resgatando algumas contribuições do pensamento marxista, o texto pontua os principais dilemas e caminhos da sociedade equatoriana nas primeiras décadas do século XXI.

Palavras-chave: Equador; Revolução Cidadã; Neoliberalismo.

Abstract

This article produces a conjunctural analysis in relation to the contradictions existent during the last years in Ecuador. For this, studying the country from its condition of double dependence (dollarization and oil resources), the investigation indicate the resumption of neoliberal prescriptions in the midst of the reactionary movement of “*descorreazation*” in national politics. In this way, the text highlights the contradictions of Ecuadorian neodevelopmentalism, during the experience of the “Citizen Revolution” (2007-2017), and the political platforms of *buen vivir*, conceived, above all, by indigenous movements. In summary, presenting some contributions of Marxist thought, the text points out the main dilemmas and paths of Ecuadorian society in the first decades of the 21st century.

Keywords: Ecuador; Citizen Revolution; Neoliberalism.

CONSULTE A BIBLIOTECA VIRTUAL DA *CRÍTICA MARXISTA*

<http://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista>

CRÍTICA marxista

DOSSIÊ "MARX DUZENTOS ANOS"

Relendo os Grundrisse

João Quartim e Pedro Leão

Os partidos políticos na Grã-Bretanha

Karl Marx

ARTIGOS

Criptomoedas

Paulo Nakatani e Gustavo Moura

Estatismo autoritário: Agamben e Poulantzas

Christos Boukalas

Burguesia interna e capitalismo dependente

Danilo Martuscelli

47